



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

MARIA HELENA FERREIRA CAVALCANTI

**“TÔ AQUI, TÁ VENDENDO NÃO?”: implicações da vulnerabilidade
social na juventude no sentir, pensar e agir na Educação de Jovens
e Adultos**

**JOÃO PESSOA
2013**

MARIA HELENA FERREIRA CAVALCANTI

“TÔ AQUI, TÁ VENDENDO NÃO?”: implicações da vulnerabilidade social na juventude no sentir, pensar e agir na Educação de Jovens e Adultos

Monografia apresentada à Universidade Federal da Paraíba como requisito para obtenção do grau de Licenciado em Pedagogia.

Área de aprofundamento: Educação de Jovens e Adultos.

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Magno Tavares da Silva.

JOÃO PESSOA

2013

C376t Cavalcanti, Maria Helena Ferreira.

“Tô aqui, tá vendo não?": implicações da vulnerabilidade social na juventude no sentir, pensar e agir na educação de jovens e adultos / Maria Helena Ferreira Cavalcanti. – João Pessoa: UFPB, 2013.

37f.

Orientador: Alexandre Magno Tavares da Silva
Monografia (graduação em Pedagogia) – UFPB/CE

1. Risco e vulnerabilidade social. 2. Sofrimento social.
3. Educação de jovens e adultos. I. Título.

UFPB/CE/BS

CDU: 374.7 (043.2)

MARIA HELENA FERREIRA CAVALCANTI

“TÔ AQUI, TÁ VENDENDO NÃO?”: implicações da vulnerabilidade social na juventude no sentir, pensar e agir na Educação de Jovens e Adultos

Monografia apresentada à Universidade Federal da Paraíba como requisito para obtenção do grau de Licenciado em Pedagogia.

Área de aprofundamento: Educação de Jovens e Adultos.

Aprovada em: 16 de setembro de 2013.

Resultado: 9,5

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Alexandre Magno Tavares da Silva – UFPB
Orientador

Prof.^a Ms. Laura Maria de Farias Brito – UFPB
Examinadora

Prof.^a. Dr.^a. Suelídia Maria Calaça – UFPB
Examinadora

Dedico este trabalho aos meus pais
Francisco Alves Cavalcante e Maria
José Ferreira Cavalcante (*in memoriam*)
por tudo de bom que eles me
propuseram ao longo da minha vida,
saudades.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus por ter me concedido força e coragem para enfrentar as diversidades.

Aos meus filhos Katiúscia e Rodrigo que de formas diferentes, acreditaram no meu esforço para a conclusão deste trabalho.

Às minhas irmãs Rejane e Silvia, que foram pacientes comigo, principalmente nos momentos de dificuldades.

Ao meu orientador Professor Doutor Alexandre Magno Tavares da Silva, por ter aceitado me conduzir no desenvolvimento deste trabalho. Obrigada pelos ensinamentos compartilhados e pela paciência nas orientações.

Às Professoras Laura e Suelídia por aceitarem meu convite para participarem da banca examinadora e acreditarem na minha capacidade de desenvolver este trabalho.

À todos os Professores do curso que contribuíram para a minha formação.

Às minhas colegas de turma pelo apoio e incentivo, especialmente a Francisca, Luciana, Mara e Mileide .

Aos meus amigos e colegas de trabalho, pela palavra amiga, especialmente a Graça, João Batista (Joca), Miriam e Socorro que estiveram presentes me dando maior apoio quando eu dasanimava.

Aos Coordenadores do Programa de Pós-Graduação em Administração Professores Francisco Jose e Diogo Helal, pelo apoio e pelas ausências concedidas nos momentos em que eu precisava, como também, aos Professores/as pelo carinho e estímulo que me deram.

Por fim, não posso deixar de agradecer aos colegas discentes do PPGA que em todos os momentos torceram por mim.

“Não basta saber ler que Eva viu a uva. É preciso compreender qual a posição que Eva ocupa no seu contexto social, quem trabalha para produzir a uva e quem lucra com esse trabalho”.

(Paulo Freire)

RESUMO

O trabalho ora apresentado gera a possibilidade de se trabalhar com as abordagens dos riscos e da vulnerabilidade social, vivenciadas pelos jovens e adultos articulada ao seu sofrimento social, à discussão das dimensões culturais e sociais, como também, à exposição dos jovens no que se concerne ao uso abusivo de drogas e suas formas de enfrentamento. Neste trabalho, tivemos como objetivo geral compreender de que forma a ação pedagógica do(a) educador(a) está lidando com os jovens estudantes em situação de risco e vulnerabilidade social, especificamente no uso e abuso de drogas, no âmbito da Educação de Pessoas Jovens e Adultas, considerando-se a diversidade e a complexidade da questão no papel social da escola no processo de humanização. A partir desse contexto, sugerimos um estágio de vivência sendo em forma de atividade de ação pedagógica emancipatória para alunos de curso de pedagogia, como forma de lidar com os jovens em situação de risco e vulnerabilidade social, no processo de juvenilização.

Palavras-chave: Risco e vulnerabilidade social. Juventude. Juvenilização. Sofrimento social. Estágio vivência.

ABSTRACT

The work presented here raises the possibility of working with the approaches of risk and social vulnerability experienced by young adults and articulate their social suffering, the discussion of the cultural and social dimensions, as well as the exposure of young people in related the abuse of drugs and their ways of coping. In this study, we aimed to understand how general pedagogical action of (a) educator (a) are dealing with young students at risk and social vulnerability, specifically the use and abuse of drugs within the Education People youth and Adult, considering the diversity and complexity of the issue in the social role of the school in the process of humanization. From this context, we suggest a stage of experience being in the form of pedagogical action emancipatory activity for students of pedagogy course as a way of dealing with young people at risk and social vulnerability in the case of younger players.

Keywords: Social risk and vulnerability. Youth. Younger players. Social suffering. Internship experience.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 JUVENTUDE EM SITUAÇÃO DE RISCO E VULNERABILIDADE SOCIAL: globalização, sofrimento social e formas de enfrentamento	14
1.1 GLOBALIZAÇÃO DA ECONOMIA, GLOBALIZAÇÃO DO PAPEL DA JUVENTUDE NO COTIDIANO SOCIAL?	14
1.2 JUVENTUDE EM SITUAÇÃO DE RISCO E VULNERABILIDADE SOCIAL	15
1.3 SOBRE SOFRIMENTO SOCIAL: um recorte a partir do uso/abuso de drogas ..	17
1.4 IMPLICAÇÕES PARA A EDUCAÇÃO ESCOLAR	20
2 AÇÃO PEDAGÓGICA COM JOVENS E ADULTOS NO PROCESSO HISTÓRICO: percursos da Educação de Pessoas Jovens e Adultas e o fenômeno da juvenilização	23
2.1 HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DE PESSOAS JOVENS E ADULTAS A PARTIR DOS DE BAIXO.....	23
2.2 A JUVENILIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO DE PESSOAS JOVENS E ADULTAS.....	26
3 POSSIBILIDADES DE UMA AÇÃO PEDAGÓGICA EMANCIPATÓRIA: tecendo formas de lidar com jovens em situação de risco e vulnerabilidade social através de um Estágio de Vivência na educação de jovens e adultos	30
3.1 O QUE É ESTÁGIO DE VIVÊNCIA?.....	30
3.2 PREPARANDO O ESTÁGIO DE VIVÊNCIA: tecendo possibilidades de um estágio de vivência para estudantes de pedagogia que cursam a disciplina educação de jovens e adultos	31
CONSIDERAÇÕES FINAIS	34
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	36

INTRODUÇÃO

As desigualdades sociais impactam significativamente nos processos teóricos-metodológicos da Educação de Pessoas Jovens e Adultas, gerando a marginalização, exclusão e negação de seus direitos fundamentais. Essas pessoas que se encontram nessa situação de abandono, vivem negativamente as consequências de um processo de exclusão social e educacional. E muitas vezes assumem para si a culpa de estarem nesse processo, como bem aponta Galvão e Di Pierro (2007, p. 15).

Na maior parte das vezes em que conversamos com pessoas jovens e adultas que não sabem ler ou escrever, o analfabetismo não é percebido como expressão de processos de exclusão social ou como violação de direitos coletivos, e sim como uma experiência individual de desvio ou fracasso, que provoca repetidas situações de discriminação e humilhação, vividas com grande sofrimento, e por vezes, acompanhadas por sentimentos de culpa e vergonha.

Esses jovens e adultos são em sua grande maioria trabalhadores e trabalhadoras não escolarizados embora, alguns já tenham passado pela educação pública. Entretanto possuem histórias fortemente marcadas pelo sofrimento social.

Na grande maioria dos casos, os jovens abandonam a escola e se envolvem em situações de risco e vulnerabilidade social, como por exemplo violência e drogas¹. A mídia que passa a imagem de que o consumo desses produtos é sinônimo de lazer e descontração, e assim, empurrando o indivíduo para o caminho da dependência química, ou seja, é nesse caminho que os jovens e adultos serão desafiados a provarem as drogas mais pesadas, entre elas, a cocaína e o crack,

¹ Podemos perceber que o consumo de drogas por pessoas jovens e adultas é intenso e causa inúmeros prejuízos para elas que, em muitos casos, sentem-se impossibilitados de auto-realizar-se, essas pessoas passam por um sofrimento social que por um lado, é vista como um “empecilho”, que obriga as instituições receber esses jovens e adultos para que eles possam ter acesso a algum nível de cuidado como assistência médica e psicológica. Por outro, surge como uma variável, que só pode ser gerida se o jovem decide “aderir” a um tratamento no qual pode acabar por encontrar um lugar, mesmo que de sofrimento, no mundo. Não são todos os jovens e adultos que aceitam ser internados e diante de muitas frustrações, essas pessoas retornam às ruas e continuam buscando nas drogas as respostas para suas indagações que surgem no lugar das suas perspectivas de futuro. A partir daí, a droga passa a ser um ponto de “apoio” e “equilíbrio” na vida dessas pessoas. Infelizmente a ameaça da droga está quase sempre rondando a vida dos jovens e adultos, especialmente aqueles que estão em fase escolar. Dentre os prejuízos, podemos destacar os confrontos causados pelo estudante usuário de drogas com os professores e colegas no âmbito da Instituição de Ensino, como também o isolamento, e a evasão escolar. Porém, há uma questão que muitas vezes não aparece como fator importante para os educadores. Trata-se da falta de percepção de alguns educadores no sentido de detectar se o jovem estudante é usuário de drogas.

além desse envolvimento com as drogas, há também a questão da família, que em alguns casos abandonam esses jovens e adultos sem nem sequer procurar saber qual a razão o que está acontecendo com eles, o por que desse envolvimento com as drogas. Em meio a esta situação encontram-se os processos sócio-educativos escolares e não escolares. A realidade pede processos mais propositivos, que tratem da questão na apenas no plano educacional mais também político, social, econômico e cultural.

Diante do quadro acima é necessário pensar a Educação de Pessoas Jovens e Adultas na perspectiva da Educação Popular, buscando o enfrentamento da concepção de uma prática pedagógica alienante que, segundo Paulo Freire, “não há transformação e, portanto, não há condições para garantir cidadania. Afirma também que “em lugar de comunicar-se, o educador faz “comunicados.” Daí, a denominação de “educação bancária”, ou seja a educação depositada como nos bancos, o saber nos educandos”. É importante que a questão da droga seja discutida, para que os jovens tenham conhecimentos que lhes permitam entender essa complexidade de forma a facilitar a criação de mecanismos de defesa nas situações de risco e vulnerabilidade.

O espaço escolar precisa desenvolver um trabalho que a aproxime mais das comunidades onde os jovens em situação de risco e vulnerabilidade social sejam o ponto chave. É na escola que os jovens poderiam avistar novos horizontes. Se esta tiver a clareza sobre o seu papel social e assim, tentar se envolver dentro das ações sociais e das políticas públicas na área da saúde, trabalho, educação, moradia, etc., poderemos visualizar possibilidades de um engajamento dos educandos e educandas na sociedade e possível enfrentamento das desigualdades sociais.

A escola, devido à possibilidade de acesso aos jovens e à natureza educacional do seu trabalho, é considerada, em todo o mundo, o locus privilegiado dos programas de prevenção dirigidos aos adolescentes. No entanto, podem-se observar de diferentes ângulos da sociedade a relutância e o despreparo da instituição escolar para lidar com os problemas sociais e as transformações culturais da sociedade contemporânea, especialmente com temas considerados tabus como é o caso de drogas e Aids (SOARES; JACOBI, 2000, p. 28).

A imagem que esses jovens e adultos passam para a sociedade é de “pessoas perigosas” e quanto menos acesso à educação, quanto mais

marginalizados e excluídos pela sociedade, essas pessoas tornam-se mais vulneráveis a qualquer situação de risco apresentada.

Mediante tantas questões sobre esses jovens e adultos, vamos refletir sobre a situação nos perguntando:

- Qual o impacto do processo de globalização sobre a juventude?
- Qual a relação dessa situação da juventude na história da educação de pessoas jovens e adultas?
- Em que medida a ação pedagógica levanta questão sobre o risco e a vulnerabilidade?
- Que possibilidades de enfrentamento estão ocorrendo e que outras precisam ser incentivadas?
- Que políticas estão sendo impostas?

O primeiro passo é observar e levantar informações a respeito do aluno. Depois aproximar-se dele e abordar sobre o assunto tentando não intimidá-lo para que ele possa confiar no(a) educador(a) e em seguida, comunicar o fato aos canais competentes, ou seja, o gestor da escola que por sua vez, após o levantamento dos fatos, vai levar ao conhecimento dos responsáveis pelo estudante para serem tomadas as devidas providências junto aos órgãos competentes.

Neste trabalho tivemos como objetivo geral compreender de que forma a ação pedagógica do(a) educador(a) está lidando com os jovens estudantes em situação de risco e vulnerabilidade social, especificamente no uso e abuso de drogas, no âmbito da Educação de Pessoas Jovens e Adultas, considerando-se a diversidade e a complexidade da questão no papel social da escola no processo de humanização.

A minha inquietação sobre esse tema se deu a partir das minhas observações feitas nas ruas da cidade e ao me deparar com inúmeros jovens e adultos dormindo pelas calçadas, pedindo esmolas nos sinais, pedindo comida nos quiosques e usando algum tipo de droga (cola, crack,) em plena luz do dia. Isso me chamou a atenção e me causou e ainda me causa muita tristeza pelo fato de ficar sabendo através da mídia que existem algumas instituições que abrigam esses jovens e adultos e alguns deles, talvez por falta de informação ou desinteresse da família, não tem acesso a esse espaço de ajuda e inclusão social e também pelo fato de viverem nas ruas, se afastaram da escola.

A metodologia utilizada neste trabalho será realizada tendo como referência a teoria Freireana, as leituras de textos e notícias atuais sobre estudantes usuários de drogas na fase escolar e também leituras de textos sobre jovens e adultos em situação de risco e vulnerabilidade. A análise vai ser desenvolvida considerando-se a diversidade e a complexidade do uso contemporâneo de drogas e o papel da escola, como uma agência de socialização.

Nosso trabalho está dividido em três capítulos. No primeiro capítulo tecemos considerações em torno da JUVENTUDE EM SITUAÇÃO DE RISCO E VULNERABILIDADE SOCIAL: globalização, sofrimento social e formas de enfrentamento. Neste, a principal preocupação foi a de compreender os vários aspectos que compõem a vulnerabilidade social dos jovens ao uso abusivo de drogas que, numa sociedade globalizada a educação de jovens e pessoas adultas propicia várias discussões pelo fato das desigualdades sociais impactarem significativamente nos processos teóricos-metodológicos na educação sobretudo dos sujeitos envolvidos.

No segundo capítulo procuramos discutir a AÇÃO PEDAGÓGICA COM JOVENS E ADULTOS NO PROCESSO HISTÓRICO: Percursos da Educação de Pessoas Jovens e Adultas e o fenômeno da juvenilização. Enfatizamos o processo histórico onde chamamos a atenção para a contextualização da História da Educação de Jovens e Adultos a partir dos de baixo e sobre a juvenilização que como não há uma definição própria, consideramos como um processo de rejuvenescimento e a presença marcante dos jovens e adultos na EJA.

Finalizando, apresentamos algumas POSSIBILIDADES DE UMA AÇÃO PEDAGÓGICA EMANCIPATÓRIA: tecendo formas de lidar com jovens em situação de risco e vulnerabilidade social através de um estágio de vivência na educação de jovens e adultos. Esta sugestão apresentada no terceiro capítulo é uma contribuição para o processo formativo dos/as estudantes de pedagogia da UFPB. Os Estágios de Vivência são iniciativas que se inserem mais diretamente no quadro das atividades próprias da Extensão Universitária, e, por isso mesmo, dinamicamente associadas às atividades de Pesquisa e de Ensino.

1 JUVENTUDE EM SITUAÇÃO DE RISCO E VULNERABILIDADE SOCIAL: globalização, sofrimento social e formas de enfrentamento

1.1 GLOBALIZAÇÃO DA ECONOMIA, GLOBALIZAÇÃO DO PAPEL DA JUVENTUDE NO COTIDIANO SOCIAL?

O fenômeno da globalização, nos últimos anos, tem causado impactos significativos na condição de vida dos jovens e adultos, sobretudo os que se encontram em situação de risco e vulnerabilidade social. Hoje em dia, a globalização tornou-se um importante ponto de pauta, mesmo sem atentarmos para suas consequências reais no plano sócio-político-econômico-cultural. No Brasil, os efeitos dessa globalização, principalmente nas condições de vida dos jovens e adultos, vêm gerando novas formas de inserção social, bem como deixando marcas fortes na exclusão social.

As novas Tecnologias de Informação e Comunicação levam jovens e adultos a estabelecerem novas vivências diante de uma diversidade cultural, possibilitando o acesso às novas formas de leitura da realidade, entretanto, estas não vêm sendo pautadas significativamente na leitura e experiência de vida dos sujeitos sociais.

No caso específico da educação escolar, as pessoas jovens e adultas vão tecendo formas próprias de construção de suas identidades quanto ao sentir, pensar, agir no cotidiano social. Por outro lado, estão cada vez mais sendo vítimas de situações de risco e vulnerabilidade, que nem sempre encontram formas de intervir e, pior ainda, quando se encontram em dificuldades e sem condições de resolver essa situação, buscam diversas formas de enfrentamento. Este é um dos desafios que nos é apresentado pela cultura juvenil em uma sociedade em processo de globalização. Iulianelli e Fraga (2003, p. 45) afirmam que:

As manifestações e formas de resistência dos jovens - que muitas vezes não estavam atreladas à sua condição etária, mas a outras atribuições sociais e culturais – eram reconhecidas como tendência a cometer atos de vandalismo e práticas ilícitas, como meio de afirmação de identidade.

Dentro deste quadro, vale perceber e apontar o impacto da globalização nas vidas dessas pessoas quanto ao processo de ensino-aprendizagem direcionado aos envolvidos em situações de risco e vulnerabilidade. Neste campo, encontra-se a

Educação de Jovens-Adultos².

Em se tratando da visão que as pessoas têm em torno de jovens, sobretudo os envolvidos em situações de risco e vulnerabilidade, temos diversos discursos, entre eles podemos citar:

- Para uns, a juventude é a saída da adolescência e, para chegar a vida adulta, necessitam de esclarecimentos de como a vida é na realidade e necessitam da ajuda dos mais velhos que são pessoas experientes na vida;
- Para outros, esses jovens devem ser responsáveis pelos seus atos, uma vez que já se tornaram adultos;
- Por último, os jovens devem ser tomados enquanto sujeitos sociais ativos que, na peleja cotidiana, precisam aprender a sobreviver num mundo em que seus direitos são constantemente negados.

Mesmo considerando as diferentes maneiras de ser jovem – diferenças de classe, regionais, religiosas, de grupo – eles compartilham, de modo geral, a ansiedade de viver um momento de passagem, de uma etapa da vida à outra, ou de um status social a outro, muitas vezes com exigências pouco definidas ou com demandas difíceis de serem cumpridas em relação à família, ao trabalho, ao consumo e ao lazer. Potencializam-se, desta forma, inseguranças e ansiedades, próprias deste momento intermediário de mudança, quando se faz presente, de maneira profunda, a ansiedade em relação ao risco (DOUGLAS, 1994, p. 85).

Os jovens, atualmente, vivem num meio social em que eles devem mostrar sua independência, correr riscos, viver perigosamente etc. e isto significa dizer que são corajosos e que apresentam capacidades para intervir em problemas sociais.

1.2 JUVENTUDE EM SITUAÇÃO DE RISCO E VULNERABILIDADE SOCIAL

Para discutirmos a situação da juventude no processo de globalização tecendo discussões no campo da Educação de Pessoas Jovens e Adultas, temos a necessidade situar esses sujeitos historicamente, isto é, no que se refere às políticas públicas para a infância e juventude no Brasil.

Não se podem considerar políticas públicas para a infância e a juventude as

² Por isso, em nosso trabalho monográfico, tomamos a Educação de Jovens e Adultos como modalidade educativa inserida em um campo sócio-econômico-político-cultural, conivente com o quadro de marginalização ou proposta emancipatória do sujeito vítima deste quadro.

ações que contemplem apenas um segmento da sociedade ou grupos de interesse em comum, ou seja, desconectadas de outras políticas públicas.

Nos últimos anos, os jovens que estão envolvidos em situação de risco e vulnerabilidade social têm sido alvo de intensas investigações no campo acadêmico. As ações praticadas por eles e sobre eles têm gerado consequências em toda comunidade, família e espaço escolar. Embora estas ações tenham sido percebidas no plano físico, os jovens também estão esparramando seus saberes e competências nas práticas sociais, como exemplo podemos citar as pesquisas no campo da Educação e Movimentos Sociais.

Apesar desta forte presença na sociedade, pensamos que os (as) gestores (as) públicos (as) não estão atendendo esta demanda diretamente e fragilizam outras que contemplam, sobretudo a família, no sentido de fazer com que esta participe de atividades que venham a melhorar a qualidade de vida nas cidades, atividades que levem a família a conhecer melhor seus filhos e se aproximarem mais deles e uma política que investisse principalmente na condução de processos educativos. Acreditamos que haveria uma diminuição das situações de opressão e marginalização, com fortes marcas de violência e da criminalidade.

Apesar dos governantes brasileiros e a sociedade discutirem sobre políticas públicas para a juventude, ainda é difícil traçar um balanço sobre o que realmente é necessário para a garantia dos direitos dos jovens. Políticas públicas, ao nosso ver, não é apenas sugerir que pratiquem esportes e irem às aulas para ocupar o horário “sem fazer nada”, mas sim ocupar esses jovens estimulando a sua criatividade, sua formação crítica e seu desenvolvimento político, cultural e intelectual. Implica também dizer que a escola deve ser entendida como espaço social, no qual crianças, adolescentes, jovens e adultos teçam a construção de seus papéis sociais, não apenas no sentido de se adaptarem à sociedade, mas também de transformá-la.

Essas políticas públicas devem apresentar ações que surtam efeitos tanto de médio quanto de longo prazo porque não é do dia para a noite que se consegue gerar mudanças, principalmente na contemporaneidade, pois existem juventudes que são marcadas por desigualdades sociais e diferenças em se tratando de riquezas, educação e cultura.

Pode-se observar que as políticas públicas que envolvem a infância e a juventude deixaram, em um momento histórico, de ser conservadora para ser assistencialista. As crianças e os jovens, juntamente com suas famílias, acabam

ficando sob a responsabilidade do Estado e a família não participa das decisões judiciais; primeiro, a justiça determina a pena para depois a família saber o resultado e, se for o caso, ter a condição de se posicionar.

São vários desafios, entre eles é viver nas ruas tentando se tornar visível e ser respeitado pela sociedade; voltar a estudar depois de algum tempo sem frequentar uma sala de aula; viver sempre com a perspectiva de que vai conseguir sobreviver as adversidades etc.

Viver numa sociedade preconceituosa e, além de tudo, ter direitos limitados não é bom para ninguém. Imagine esses jovens que vivem mendigando pelas ruas, pedindo esmolas, tendo que ouvir desaforos e julgamentos de pessoas que acreditam que eles são marginais sem sequer perguntar aquele jovem o porquê dele se encontrar nas ruas, sem família, sem lar.

Um desafio constante na vida desses jovens é a falta de emprego, pois, no Brasil, quando se é jovem não tem emprego porque não tem experiência e quando se é idoso não tem emprego porque já é velho, ou seja, os empresários não acreditam na capacidade dos jovens em aprender na prática e também não valorizam a experiência dos mais idosos. “Os jovens são afetados e, na maioria das vezes, capturados por práticas reguladoras, integradoras e normatizadoras de comportamentos e valores, vividos de maneira individualizada” (CORDEIRO, 2009, p. 27).

1.3 SOBRE SOFRIMENTO SOCIAL: um recorte a partir do uso/abuso de drogas

No que concerne ao enfrentamento das situações de risco e da vulnerabilidade social que vitimam esses jovens, temos o campo das drogas e é nesse espaço, tido complexo, que estão entrelaçados diversos atores sociais, regras, normas de conduta visíveis e invisíveis. Uma das imagens mais óbvias é a do suposto traficante que, por sua vez, aproxima-se dessas pessoas procurando conquistá-las no sentido de envolvê-las no primeiro contato com as drogas. A partir daí, inicia-se um processo que traz como uma das consequências: o sofrimento social.

Alguns se encontram em fase escolar e quando se envolvem no uso e abuso das drogas os estudos passam para um segundo plano, já que, no mundo ilusório que se inseriram, a escola já não é mais prioridade nas suas vidas, tendo em vista

que a preocupação agora é manter o vício e, para tal, dar-se início a vários tipos de delitos.

A situação desses jovens nos remete a Freire (2005, p. 95):

O desespero é uma espécie de silêncio, de recusa do mundo, de fuga, no entanto, a desumanização que resulta da “ordem’ injusta não deveria ser uma razão de perda de esperança, mas, ao contrário, uma razão de desejar ainda mais, e de procurar sem descanso, restaurar a humanidade esmagada pela injustiça.

Esta situação de injustiça social, tem sido nos últimos anos alvo de políticas públicas específicas, como exemplo temos a Política Nacional Sobre Drogas – PNAD que define, dentre suas diretrizes e objetivos, a necessidade de garantir rigor metodológico às atividades de redução da demanda, da oferta e dos danos associados ao uso de drogas e preconiza a realização sistemática de estudos e pesquisas na área, como forma de atingir esse objetivo. E pensamos que a Educação de Pessoas Jovens e Adultas seja uma área em que a questão pode ser discutida³.

O estudo da relação comunidade-escola é de uma grande proporção quando se faz necessário olhar o aluno como participante de algo fora dos muros da escola, vivendo o seu cotidiano. É importante lembrar que a Escola e a comunidade fazem parte de processos de desenvolvimentos fundamentais para a vida humana. O desenvolvimento e o aprendizado do jovem representa o seu futuro e a escola é um espaço de mediação com a família e a comunidade e vai assegurar o bem estar de seus membros. No entanto, a família é a principal responsável pelos valores, crenças, e significados que estão presentes na sociedade.

É necessário que haja um diálogo constante entre a família e a escola para que o professor tenha condições de identificar se o estudante é usuário de drogas e também com os programas de redução de danos e com o próprio jovem para que ele possa relatar a sua experiência como um provável usuário e a partir desses diálogos, a escola possa possibilitar a construção do processo de mudança.

³ De acordo com o Decreto nº 5.912, de 27 de setembro de 2006 - que regulamenta a legislação atual sobre drogas vigente no país, a Lei no 11.343, de 23 de agosto de 2006 - cabe ao Observatório Brasileiro de Informações sobre Drogas – OBID – da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas – SENAD – do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, divulgar, por meio eletrônico e impresso, pesquisas e indicadores referentes ao uso indevido de álcool e outras drogas, que permitam aperfeiçoar o sistema de informações para subsidiar o intercâmbio de dados entre instituições regionais, nacionais e estrangeiras (Relatório Brasileiro Sobre Drogas, 2009).

Acreditamos que a prevenção destas ameaças exige esforços enormes das autoridades governamentais, no sentido de ampla educação e investimentos, como na construção de clínicas gratuitas especializadas para tratamento de usuários de drogas e também, dentro da instituição escolar criar-se um setor de ajuda psicológica para atender e acompanhar os estudantes dependentes químicos.

Antes de serem jovens e adultos, esses indivíduos foram crianças um dia e uma criança que cresce num ambiente em que a família se faz presente e transmite informações e conhecimentos dos perigos que existem no mundo, sem subestimá-la, tornam-se jovens e adultos com caráter e autoestima formados e tornam-se menos vulneráveis e é mais difícil se deixar levar por caminhos desconhecidos durante a fase jovem e adulta.

Infelizmente mesmo nos dias atuais, existem pais que sentem dificuldades de falar sobre sexo, que é tão natural na vida do ser humano e sobre drogas. Nesse ponto, deverá a escola informar a respeito. No entanto, por se tratar de um assunto delicado, alguns educadores (as) não se sentem, ou não estão preparados para esse tipo de diálogo.

Deve-se salientar que a questão do relacionamento entre a escola e a família no trato com os jovens e adultos é de fundamental importância e ambos precisam andar sempre juntos para que possam gerar resultados, seja na prevenção do uso de drogas, seja no desenvolvimento pessoal e profissional.

Portanto, quanto mais próximos estiverem o(a) educador(a), a escola e a família, ao que concerne na educação da eja, os resultados serão satisfatórios, até porque essa não é uma ação individual e sim, um trabalho coletivo.

Entende-se que a vulnerabilidade e os riscos às situações adversas da vida, entre elas o uso e abuso de drogas, como também o nível de educação, o ambiente onde moram, as doenças adquiridas etc. faz alguns desses sujeitos sociais tão sofridos não acreditarem em mais nada até porque, em alguns casos, quando buscam algum tipo de ajuda, muitas pessoas os tratam com indiferença, então, sentem-se sozinhos e sem coragem para lutar pelos seus direitos e pela sua inclusão na sociedade. Enfim, não acreditam que haja justiça.

Pelo fato desses jovens viverem em situação de risco e vulnerabilidade social e envolvidos com drogas, entre outros fatores de riscos, se faz necessária a criação de políticas públicas com a presença dessas pessoas, uma vez que elas são capazes de criarem um movimento social onde possam propor soluções para

minimizar os riscos de graves danos no seu cotidiano e também uma política pública que as levem a repensar sua vida e suas atitudes, numa forma de mudar seu comportamento perante a sociedade. Os jovens, em sua maioria, não tem acesso aos programas a eles dirigidos e elaborados por setores públicos e privados.

Marlatt (2003) afirma que a opinião pública convive com três posturas básicas nas discussões políticas e nas ações que visam abordar o uso de drogas entre os jovens, são elas: a primeira postura, do imobilismo e resignação.

A primeira postura implica dizer que os jovens abusam das drogas sem pensar nas consequências, os conselhos dados a eles não tem importância e que a droga envolva pessoas não relacionadas com os nossos parentes. A segunda postura é que eduquemos os jovens para que eles não se envolvam com as drogas, mas, caso eles já tenham tido algum contato, deixa para lá, é um caso perdido. A terceira e última postura trata-se da redução de danos que o envolvimento desses jovens com as drogas é uma questão histórica e não de escolha. Não pune os usuários ou não usuários, como também não compactua da erradicação das drogas da face da terra; discutindo propostas para melhorar as situações arriscadas e não propaga objetivos irrealistas.

Embora nos parágrafos anteriores nos detemos a discutir sobre os jovens no uso/abuso de drogas, desejamos chamar a atenção para o fato de que, se não tivermos claro um estudo sobre a condição juvenil no espaço social, teremos certa dificuldade de analisar situações de sofrimento social específicas, no caso das drogas; por isso, desejamos discutir, neste primeiro capítulo, a condição juvenil em situações de risco e vulnerabilidade social dentro do contexto da Educação de Pessoas Jovens e Adultas.

1.4 IMPLICAÇÕES PARA A EDUCAÇÃO ESCOLAR

Uma onda de modernidade advinda da globalização no início dos anos 80 trouxe vários danos à sociedade brasileira em todos os níveis, especialmente no sistema de ensino.

Quando se fala em globalização, associa-se um sentido ideológico de padrão de sociedade. Nota-se, porém, o predomínio dos interesses financeiros, o que leva os países envolvidos com a globalização correrem atrás de subsídios financeiros e investimentos tecnológicos para ampliação do seu mercado interno.

Mediante a crise econômica, o Brasil passou a depender dos empréstimos de financiadores internacionais para obter recursos para aplicar e financiar a estrutura educacional.

Segundo os teóricos Libâneo, Oliveira e Toschi (2005), os acontecimentos do mundo atual afetam a educação de várias maneiras:

- Exigem um novo tipo de trabalhador, ou seja, mais flexível e polivalente, o que provoca certa valorização da educação formadora de novas habilidades cognitivas e de competências sociais e pessoais;
- Levam o capitalismo a estabelecer para a escola finalidades mais compatíveis com os interesses do mercado;
- Modificam os objetivos e as prioridades da escola;
- Produzem as modificações nos interesses, nas necessidades e nos valores escolares;
- Forçam a escola a mudar suas práticas por causa do avanço tecnológico dos meios de comunicação e da introdução da informática;
- Induzem a alteração na atitude do professor e no trabalho docente, uma vez que os meios de comunicação e os demais recursos tecnológicos são muito motivadores.

A globalização impôs à sociedade e aos organismos sociais uma nova forma de colonização, com uma nova roupagem e em nome do livre mercado como também o fim das fronteiras. Os seus efeitos na economia e também na educação, reduzem o poder dos governantes porque, algumas vezes, é necessário ter os seus projetos aprovados por outro país.

Sabemos que as inovações tecnológicas já estão instaladas dentro das escolas de ensino fundamental e médio da rede pública, no entanto, isso não quer dizer que o problema educacional se resolveu por causa dos instrumentos eletrônicos, pelo contrário, ainda há muito que fazer no que se concerne à educação dos alunos no desenvolvimento cognitivo e como serão aplicadas as metodologias eficientes utilizando tais instrumentos eletrônicos. Os impactos e as perspectivas causados pela globalização são bastantes relevantes e provocam uma nova realidade aos indivíduos.

Nesse sentido, nossa preocupação em discutir a condição juvenil em suas

interfaces com a globalização, sofrimento social, educação de jovens e adultos e a formação de educadores da EJA.

2 AÇÃO PEDAGÓGICA COM JOVENS E ADULTOS NO PROCESSO HISTÓRICO: percursos da Educação de Pessoas Jovens e Adultas e o fenômeno da juvenilização

2.1 HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DE PESSOAS JOVENS E ADULTAS A PARTIR DOS DE BAIXO

Catequização e o Ensino das Primeiras Letras

O processo histórico da Educação de Jovens e Adultos no Brasil teve início com o trabalho de catequização e o ensino das primeiras letras através dos padres Jesuítas, no período da colonização. Inicialmente, a alfabetização dessas pessoas, para os colonizadores, tinha o objetivo de instrumentalizar a população para o exercício da leitura e escrita. Essa concepção era para que os colonos pudessem ler o catecismo e seguir as ordens da corte, os índios serem catequizados e os trabalhadores tivessem condições de cumprir as tarefas impostas pelo Estado monárquico.

Desorganização do Ensino e Novas Ações

Com a expulsão dos Jesuítas no século XVIII pelo Marques de Pombal, houve uma desorganização do ensino e novas ações relacionadas à educação de adultos vieram a acontecer no período do Império.

O final do século XX foi marcado pelas discussões sobre a qualidade da educação e sobre as condições para assegurar o direito de crianças, jovens e adultos a terem acesso e à permanência na escola.

A história da Educação de Pessoas Jovens e Adultas no Brasil sempre esteve vinculada às campanhas educativas com o objetivo de combater o analfabetismo. Muitos anos depois, a Educação de Pessoas Jovens e Adultas é tomada como uma modalidade de ensino voltada às pessoas que, devido a vários fatores, foram impedidas ao acesso às escolas em idades consideradas próprias. No entanto, apesar das campanhas de nova discussão referente à educação de adultos, novos impulsos às campanhas de alfabetização de adultos e o educador Pernambucano Paulo Freire, a erradicação do analfabetismo em apenas 10 anos (MOBRAL), a retomada do processo e democratização, responsabilidade desta modalidade de

educação para os Estados e Municípios e a alfabetização de jovens e adultos seria como uma prioridade do novo Governo Federal, ainda existe um número significativo de pessoas analfabetas. Entretanto, vale destacar que essas pessoas constroem culturas e desenvolvem habilidades e competências no cotidiano social (trabalho, comunidade, escola etc.).

O que se faz necessário é abrir formas de um debate social em torno do sofrimento social sobre elas – preconceitos falta de autoestima, discriminação, entre outras formas.

A história da Educação de Pessoas Jovens e Adultas, não só no Brasil como na América Latina e no Caribe, demonstra estar ligada às transformações socioculturais, políticas, econômicas e sociodemográficas.

Com a questão do êxodo rural no final do século XX, a vinda dessas pessoas para as capitais provocou a expansão do ensino público e gratuito, como também a proposta da universalização do acesso à escola na infância e na adolescência. Mediante essa situação, as mulheres foram beneficiadas porque, até então, a maior parte do acesso era de pessoas do sexo masculino; às mulheres, cabia apenas cuidar da casa e da família.

A Educação de Pessoas Jovens e Adultas tem um papel significativo no sentido de abrir espaços para a educação entendida enquanto prática social e inserir esses sujeitos sociais não apenas no mercado de trabalho, uma vez que não tiveram condições de estudar na idade considerada própria, que é a partir dos cinco anos de idade sem interrupções.

Com a retomada dos estudos no espaço escolar ou comunitário, esses sujeitos sociais são inseridos na sociedade e, ao mesmo tempo, podem se qualificar para qualquer área do mercado de trabalho.

Na Revolução de 1930, com as mudanças políticas e econômicas, foi permitida a consolidação de um sistema público de educação básica no país e a Constituição de 1934 estabeleceu a criação de um Plano Nacional de Educação que indicava, pela primeira vez, a educação de adultos como dever do Estado.

Na década de 40, ocorreram vários incentivos para a Educação de Pessoas Jovens e Adultas, os quais firmaram essa modalidade como uma questão nacional e, simultaneamente, a UNESCO (Organizações das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) reconheceu os trabalhos realizados no Brasil, estimulando a criação de programas nacionais para a educação de adultos e

analfabetos. Esses incentivos políticos-pedagógicos foram marcados pelos seguintes programas:

- Regulamentação do Fundo Nacional do Ensino Primário (FNEP);
- A criação do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP);
- A criação do Fundo Nacional do Ensino Primário;
- Criação do Serviço de Educação de Adultos;
- Instalação do Estado Nacional Desenvolvimentista.

A Campanha da Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA) e o ensino Supletivo que, na visão de Haddad (1991), os Centros de Ensino Supletivo, não atingiram seus objetivos, pois não receberam apoio político nem os recursos financeiros suficientes para a sua plena realização, possuíam seus objetivos voltados para os interesses das empresas privadas de educação.

Ainda na década de 1940, realizou-se o 1º Congresso Nacional de Educação de Adultos e, em 1949, o Seminário Interamericano de Educação de Adultos.

Essas ações governamentais eram direcionadas para a Educação de Pessoas Jovens e Adultas no sentido de uma escolarização voltada para as classes sociais menos favorecidas e excluídas da escola.

Nos anos 50, foi criada a Campanha Nacional de Educação Rural (CNER). No início, era ligada à Campanha da Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA). Ainda nos anos 50, foi criada a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo (CNEA), marcando uma nova discussão referente à educação de adultos. Os organizadores entendiam que a simples ação alfabetizadora era insuficiente e priorizava a educação de crianças e jovens pelo fato de, para eles, a educação de crianças e jovens significar alterações em suas condições de vida. “A CNEA, em 1961, passou por dificuldades financeiras, diminuindo suas atividades. Em 1963 foi extinta, juntamente com as outras campanhas até então existentes” (VIEIRA, 2004, p. 21-22).

Em 1960, o Estado e a Igreja Católica deram novos impulsos às campanhas de alfabetização de adultos e o educador pernambucano Paulo Freire teve a possibilidade de trabalhar com diversas experiências de Educação de Pessoas Jovens e Adultas. Também surgiram os programas do Movimento de Educação de Base (MEB), do Movimento de Cultura Popular do Recife, ambos iniciados em 1961,

dos Centros de Populares de Cultura da União Nacional dos Estudantes, entre outros. Entretanto, em 1964, com o golpe militar, os movimentos que trabalhavam a ideia de fortalecimento da cultura popular foram reprimidos.

Na década de 1970, ainda vivendo as repercussões da ditadura militar, teve início o projeto da criação do MOBRAL – Movimento Brasileiro de Alfabetização, um projeto pensado para a erradicação do analfabetismo em apenas 10 anos.

No início da década de 1980, o Brasil sofreu importantes transformações, entre elas o fim da ditadura militar e a retomada do processo de democratização; vale lembrar da Campanha Nacional em favor das eleições Diretas. Em 1985, o MOBRAL foi extinto, sendo substituído pela Fundação Educar. A partir daí, possibilitou-se a ampliação das atividades da Educação de Pessoas Jovens e Adultas, onde estudantes, educadores e políticos se organizaram em defesa da escola pública e gratuita para todos. A nova Constituição de 1988 trouxe importantes avanços para a Educação de Pessoas Jovens e Adultas.

A partir da década de 1990, a Educação de Pessoas Jovens e Adultas começou a perder espaço nas ações governamentais da União, a qual transferiu a responsabilidade desta modalidade de educação para os Estados e Municípios.

Mediante todos esses desafios sofridos pela Educação de Pessoas Jovens e Adultas, em janeiro de 2003, o Ministério da Educação e Cultura (MEC) anunciou que a alfabetização de jovens e adultos seria uma prioridade do novo Governo Federal.

É importante lembrar que todos devem contribuir para a valorização da Educação de Pessoas Jovens e Adultas. Aos governantes, cabe à criação de curso para capacitação de professores dessa modalidade e à sociedade, cabe ajudar as pessoas analfabetas, incentivando-as a procurar uma escola de educação de pessoas jovens e adultos, mostrando a importância da escolarização na vida de pessoas jovens e adultas.

2.2 A JUVENILIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO DE PESSOAS JOVENS E ADULTAS

A Educação de Pessoas Jovens e Adultas no Brasil tem passado por diversas modificações ao longo dos tempos, dentre elas, está a crescente juvenilização de seu alunado, demonstrando que há necessidade de novas formas de abordagem teórica e o repensar metodológico, bem como dos conteúdos que atendam o

contexto desses jovens, tomando como ponto de partida as necessidades de aprendizagem para uma formação humana.

Podemos perceber que a juventude atual é uma construção social e sua identificação não se dá pelo limite da idade biológica, pois o jovem tem contraído responsabilidades que lhe possibilita o status de adulto.

A juvenilização intensificada na contemporaneidade se dá devido às deficiências do sistema escolar, o que ocasiona a evasão e a repetência, mediante a defasagem entre a idade e série; da busca pela certificação escolar oriunda da necessidade de trabalhar; da ausência de motivação para o retorno à escola; em alguns casos, da dificuldade de acesso, entre outras.

Para Pais (2003, p. 37), “a juventude é uma categoria socialmente construída, formulada no contexto de particulares circunstâncias econômicas, sociais ou políticas; uma categoria sujeita, pois, a modifica-se ao longo do tempo”. A necessidade de ajuste da educação às particularidades de cada educando, diante da invisibilidade do jovem na EJA, traz para o foco das discussões a temática da juvenilização nessa modalidade de ensino.

Na ausência de estudos ou debates, como também na formação de professor sobre a questão e da presença dos jovens, em números cada vez maiores nas salas de Educação de Pessoas Jovens e Adultas, os docentes se veem no desafio de encontrar saídas metodológicas sobre a situação. Nesta perspectiva, Silva e Lima acrescentam que:

A não incorporação da problemática da juventude na EJA nos conteúdos dos cursos e seminários destinados aos professores deixa uma grande lacuna nos processos de capacitação que não se resolve pela prática em curso de professores agindo individualmente, sem uma discussão coletiva que possibilite a sistematização das experiências individuais, de forma a levantar elementos teórico-metodológicos que contribuam para o enriquecimento das práticas pedagógicas e que apontem caminhos capazes de responder aos desafios pedagógicos trazidos pela presença dos jovens no cotidiano da EJA (2007).

Neste contexto, a presença dos jovens na Educação de Pessoas Jovens e Adultas tem gerado grandes conflitos nas discussões propostas pelos educadores e governantes nas últimas décadas por parte dos professores que atuam nesta modalidade de ensino. O problema tem alcançado amplitudes conceituais, metodológicas e comportamentais no sentido de como atuar com os alunos da

Educação de Pessoas Jovens e Adultas, uma vez que, anteriormente, o ensino era voltado para a figura passiva do adulto. Este caminho de incertezas e indagações tem levado os educadores a adotar novas posturas de ensino para com esses alunos. Muitas pesquisas realizadas na área da Educação de Pessoas Jovens e Adultas apontam que os jovens são ignorados no processo de ensino-aprendizagem.

Os jovens estão cada vez mais cedo se inserindo no cotidiano social cultural e no mercado de trabalho e, ao mesmo tempo, buscando a escolarização no sentido de atender às exigências do mundo atual e também com o intuito de obter ascensão social.

Nesse contexto, Ribeiro (2001) e Haddad (2007), apontam um processo de juvenilização desde a década de 1990, mediante as dinâmicas utilizadas pelas escolas, como também pelas exigências do mercado de trabalho.

Os jovens e adultos que não conseguiram fazer o percurso regular na educação, algumas vezes, são considerados pessoas problemáticas e são, conseqüentemente, encaminhadas à Educação de Pessoas Jovens e Adultas para dar continuidade aos estudos.

Dayrell (2005, p. 54) considera que:

O que se constata é que boa parte dos professores de EJA tendem a ver o jovem aluno a partir de um conjunto de modelos e estereótipos socialmente construídos e, com esse olhar, correm o risco de analisá-los de forma negativa, o que o impede de ver o jovem real que ali frequenta.

As atuais pesquisas no campo da Educação de Pessoas Jovens e Adultas têm contribuído significativamente para a tematização do papel dos jovens nesta modalidade de ensino. Vejamos a pesquisa realizada por Haddad, no ano de 2002, que tem como objetivo detectar e discutir os temas emergentes da pesquisa em Educação de Pessoas Jovens e Adultas no Brasil, na qual é destacada, em um dos temas, a questão dos alunos da EJA.

O Tema II – O aluno apresenta os principais problemas abordados que são de cunho sociológico e psicológico. O primeiro cunho trata das representações sociais da escola e do conhecimento, cujo referencial teórico remete a autores deste campo para buscar uma caracterização dos alunos atendidos em classes de alfabetização, através da identificação dos anseios, necessidades, valores, concepções de mundo

destes alunos, bem como de forma como eles se inserem no contexto sociocultural, no mundo do trabalho e na busca pela construção de sua identidade. O segundo cunho trata-se de questões relativas ao desenvolvimento linguístico e cognitivo. Pretende inferir dados mais especificamente relacionados aos níveis de aprendizagem, habilidade, uso e função da leitura e escrita para o aluno jovem e adulto.

Podemos perceber que a maioria dos problemas que existem numa escola é atribuída a um agravamento das desigualdades sociais e da exclusão em múltiplas formas: repetências, evasão escolar, escolhas de cursos que não oferecem reais perspectivas tanto de trabalho como na melhoria de vida do aluno, o que muitas vezes acarreta a evasão da escola sem qualificação nem competência reconhecidas. O insucesso escolar constitui, em qualquer dos casos, uma profunda insatisfação moral como também social e é muitas vezes gerador de situações de exclusão que marcam os jovens e adultos para toda a vida.

A citada pesquisa mostra que a visão do aluno sobre a escola é interessante e importante, no entanto, esses alunos se desencantam quando se trata do cotidiano escolar. Por outro lado, eles têm uma capacidade crítica com relação a todo o contexto escolar no que concerne, principalmente, nos conteúdos curriculares e na sua vida pessoal e profissional.

Em se tratando da relação professor e aluno da Educação de Pessoas Jovens e Adultas, vale salientar que o professor deve ser o mediador e um incentivador da cultura entre cada aluno e, simultaneamente, promover um ambiente de ensino favorável ao aprendizado do aluno.

3 POSSIBILIDADES DE UMA AÇÃO PEDAGÓGICA EMANCIPATÓRIA: tecendo formas de lidar com jovens em situação de risco e vulnerabilidade social através de um Estágio de Vivência na educação de jovens e adultos

3.1 O QUE É ESTÁGIO DE VIVÊNCIA?

Os Estágios de Vivência são iniciativas que se inserem mais diretamente no quadro das atividades próprias da Extensão Universitária, e, por isso mesmo, dinamicamente associadas às atividades de Pesquisa e de Ensino. Juntos, os três tipos de atividades configuram, como se sabe, as funções sociais da Universidade.

Estágio de Vivência constitui, portanto, uma experiência extensionista (sempre com ressonâncias no Ensino e na Pesquisa) que consiste na organização de um breve período de convivência de estudantes universitários/as em meio a comunidades rurais ou urbanas, projetos sócio-comunitários, movimentos sociais populares, tendo como objetivos:

- Travar conhecimento amistoso com segmentos da sociedade civil (comunidades rurais e urbanas, projetos sócio-comunitários, movimentos sociais populares, etc.), a fim de melhor conhecer e serem conhecidos, enquanto cidadãos e cidadãs a partir dos interesses e aspirações comuns;
- Partilhar com as pessoas e grupos das comunidades rurais e urbanas, projetos sócio-comunitários, movimentos sociais populares, etc. traços do seu dia-a-dia, no âmbito da família, no trabalho, na escola, nas associações, seus desafios, sofrimentos, expectativas, alegrias e esperanças;
- Observar solidariamente os valores vivenciados no cotidiano desses espaços populares visitadas;
- Aprender com as comunidades rurais e urbanas, projetos sócio-comunitários, movimentos sociais populares, visitadas suas ricas lições de vida, bem como as formas de como se organizam para enfrentar os desafios do dia-a-dia;
- Socializar o que se faz na vida acadêmica, conforme a natureza do curso, de modo a propiciar um testemunho ou um serviço simbólico às comunidades visitadas;
- Conhecer a organização das associações locais, seus desafios, seus embates, suas conquistas, suas metas, e, a partir do interesse das mesmas e das reais possibilidades dos visitantes, examinar alguma forma de contribuição.

- Combinar uma forma de retorno às comunidades, em vista de uma possível continuidade da experiência.

3.2 PREPARANDO O ESTÁGIO DE VIVÊNCIA: tecendo possibilidades de um estágio de vivência para estudantes de pedagogia que cursam a disciplina educação de jovens e adultos

a) Introdução

Em se tratando de uma experiência que envolve a área de Educação de Pessoas Jovens e Adultas, o Estágio de Vivência será coordenado pelo professor/a ministrante da disciplina Educação de Jovens e Adultos, com a colaboração integrantes do Projeto Protagonismo Juvenil em Periferias Urbanas. O Tema deste estágio está diretamente relacionado ao BLOCO I da disciplina Educação de Jovens e Adultos, qual seja “JOVENS E ADULTOS EM SITUAÇÃO DE RISCO E VULNERABILIDADE SOCIAL NOS ESPAÇOS POPULARES: desafios e perspectivas para a educação de pessoas jovens e adultas”. O Objetivo do estágio é o de *caracterizar e definir a Educação de Pessoas Jovens e Adultos (como tema de estudo na formação do/a pedagogo/a), dentro do contexto das situações de risco e vulnerabilidade social nos espaços populares.*

b) Justificativa - Estágio de vivência com estudantes de pedagogia

Podemos perceber que apesar da luta de personalidades como Paulo Freire, os avanços na área de Educação de Pessoas Jovens e Adultas tardam a serem universalizados conforme à realidade social dos//as educandos/as. Acreditamos que o estágio de vivência com estudantes de pedagogia é uma atividade que possibilita uma aproximação com as comunidades rurais e urbanas, projetos sócio-comunitários, movimentos sociais populares, havendo uma troca de conhecimentos onde é possível articular a teoria e a prática, como também, pode ser vivenciada como possibilidade de formação, uma vez que os alunos da educação de jovens e adultos tem muitas experiências no seu cotidiano e pode compartilhar esses conhecimentos com os estudantes. Por isso a necessidade do/a pedagogo/a em formação, interagir com os espaços populares em suas formas de tecerem a EJA.

c) Identificação do Espaço de Estágio de Vivência e procedimentos

- **Tema do Estágio:**
 - JOVENS E ADULTOS EM SITUAÇÃO DE RISCO E VULNERABILIDADE SOCIAL NOS ESPAÇOS POPULARES: desafios e perspectivas para a educação de pessoas jovens e adultas

- **Objetivo:**
 - Caracterizar e definir a Educação de Pessoas Jovens e Adultas (como tema de estudo na formação do/a pedagogo/a), dentro do contexto das situações de risco e vulnerabilidade social nos espaços populares.

- **Locais**
 - Comunidades Rurais;
 - Comunidades Urbanas;
 - Projetos Sócio-Comunitários;
 - ONGs;
 - Escola Aberta.

- **Atividades**
 - Arte e Cultura;
 - Esporte e Lazer;
 - Oficinas de Educação em Direitos Humanos;
 - Oficinas de Geração de Renda;
 - Apoio Pedagógico (oficinas de leitura e escrita);
 - Educomunicação – (Radio Vídeo, Jornal, etc.).

- **Duração do estágio:**
 - Cinco semanas. A turma será dividida em quatro grupos. Os quatro grupos serão coordenados pelas alunas bolsistas do Pet/Conexões de Saberes (Protagonismo Juvenil em Periferias Urbanas).

- **Público Alvo:** Estudantes da disciplina Educação de Jovens e Adultos.

d) Cronograma

ATIVIDADE	Semana 1	Semana 2	Semana 3	Sábado 4	Sala de Aula 5
Exposição da proposta do Estágio de Vivência em sala de aula com a presença dos coordenadores dos espaços e integrantes do Projeto Pet/Conexões de Saberes (Protagonismo Juvenil em Periferias Urbanas)	X				
Chegada ao espaço para Conhecimento geral do Planejamento das atividades		X			
Registro etnográfico e participação ativa na atividade alvo, para a busca de temas geradores que serão aprofundados ao longo da disciplina.		X			
Discussão dos registros com os integrantes do PET/Conexões de Saberes, tutor e autora do TCC - partindo do pensamento pedagógico Freireano e da Educação Popular (em um sábado).			X	X	
Elaboração e entrega de um Paper em forma de relatório (partindo do Tema Gerador), como forma de aproximar da discussão em torno da Educação de Pessoas Jovens e Adultas em Espaços Populares.					X

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mobilizar algumas inquietações sobre a Educação de Pessoas Jovens e Adultas faz-se necessário no atual contexto educacional brasileiro, a fim de repensar a prática educativa e a produção de conhecimentos para esses alunos e alunas. Quando a escola desconhece ou ignora a identidade do sujeito da EJA, ela está negando a possibilidade de uma articulação entre os jovens e a sociedade que por sua vez os trata de uma forma preconceituosa.

Pensar em riscos e vulnerabilidades sociais em nossa sociedade, certamente amplia e torna mais complexa a abordagem sobre a globalização, o sofrimento social, as formas de enfrentamento e principalmente, o processo de juvenilização do alunado, evidenciando-se desenvolvimentos associados às novas tecnologias, o que sem dúvida aponta pontos positivos como a redução da distância entre cidades e países, com articulações sócio-econômicas, políticas e culturais.

É evidente que apesar dos pontos positivos advindos da globalização, também existem os efeitos drásticos, dentre eles, o envolvimento dos jovens no que diz respeito as situações de risco e vulnerabilidade social, violência e ao uso e abuso de drogas, que por sua vez ocasiona a evasão escolar e abala a relação entre o aluno e o educador.

A construção dessa monografia foi um desafio, e tem como interrogação, querer se aproximar das práticas pedagógicas que estão sendo utilizadas no processo de ensino aprendizagem desses jovens e adultos em situação de risco e vulnerabilidade social presentes no mesmo espaço da sala de aula, que além da diferença etária apresentam ritmos de aprendizagem, comportamentos e interesses diferenciados e o olhar do educador para esses jovens.

No entanto, durante a realização da mesma, percebeu-se que a Educação de Jovens e Adultos é importante e essencial na vida desses jovens e adultos. Portanto, deve ser vista de uma forma mais definida e cuidadosa por aqueles que elaboram as políticas públicas, com a finalidade de promover aos educadores/as dessa modalidade, incentivos para uma formação e qualificação que sejam relevantes e propiciem uma remuneração adequada.

Vale salientar que esses sujeitos da Educação de Jovens e Adultos são pessoas que tem identidade própria e o que buscam na sala de aula da EJA, é aprender a ler e escrever, além de oportunidades de inclusão na sociedade igual

para todos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CORDEIRO, Denise. **Juventude nas sombras**: escola, trabalho e moradia em territórios de precariedades. Rio de Janeiro: Lamparina; Faperj, 2009.
- DOUGLAS, M. **Risk and blame**: essays in cultural theory. Londres: Routledge, 1994.
- EJA. **Educação de Jovens e Adultos**. São Paulo: Global, 2007.
- FRAGA, Paulo César Pontes; IULIANELLI, Jorge Atílio Silva (Orgs.). **Jovens em tempo real**. Belo Horizonte: DP&A, 2003.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 2005.
- HADDAD, Sérgio. **Novos caminhos em Educação de Jovens e Adultos**. São Paulo: Global, 2007.
- IULIANELLI, Jorge Atílio Silva. **Juventude**: construindo processos – o protagonismo juvenil. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- LIBÂNEO, José Carlos; OLIVERIA, José Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. **A educação escolar no contexto das transformações da sociedade contemporânea - educação escolar**: políticas, estrutura e organização. São Paulo: Cortez, 2005.
- MARLATT, Beatriz Carlini. Drogas e jovens: abordagens contemporâneas. In: FREIRAS, Maria Virgínia de; PAPA, Fernanda de Carvalho (Orgs.). **Políticas Públicas Juventude em Pauta**. São Paulo: Cortez; Ação Educativa, 2003.
- PAIS, José Machado. **Culturas juvenis**. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2003.
- SECRETARIA NACIONAL DAS POLÍTICAS SOBRE DROGAS. **Relatório brasileiro sobre drogas**. Brasília: Senad, 2009.
- SOARES, Cássia Baldini; JACOBI, Pedro Roberto. Adolescentes, drogas e AIDS: avaliação de um programa de prevenção escolar. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 109, mar. 2000.
- TIBA, Içami. **Anjos caídos**: como prevenir e eliminar as drogas na vida do adolescente. 14. ed. São Paulo: Gente, 2003.